

POR QUE LUHMANN INCOMODA? PRINCIPAIS QUESTÕES SOBRE A TEORIA SOCIOLÓGICA DE NIKLAS LUHMANN NA OBRA “LA SOCIEDAD COMO SISTEMA DE COMUNICACIÓN”, DE OSVALDO DALLERA

RENAN LUIZ DOS DANTOS SILVA¹, GUARACI CORRÊA PORTO²

¹Mestrando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Assessor Jurídico no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. renanluizsantos@gmail.com.

² Mestrando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Bacharel em Direito pela UERJ, Engenheiro Civil pela UFRJ. Advogado. renanluizsantos@gmail.com.

RESUMO

Este artigo tem como objeto a análise a teoria sociológica de Niklas Luhmann (1996, 1997, 2005). Está organizado em duas partes. Na primeira, são estudados os principais tópicos da teoria sociológica de Luhmann, de acordo com os princípios e subdivisões propostos por Osvaldo Dallera (2012), em seu livro “La sociedad como sistema de comunicación”. Na segunda parte, o foco é analisar a atualidade do pensamento luhmanniano e suas repercussões nos discursos sociológicos e jurídicos, tentando responder à seguinte pergunta: por que a teoria construtivista tira da zona de conforto a filosofia e a ontologia clássica, interpelando as estabilidades do pensamento tradicional?

Palavras-chave: Luhmann; Teoria; Sistemas; Entorno; Comunicação.

WHY LUHMANN BAD? MAIN ISSUES ON THE SOCIOLOGICAL THEORY OF NIKLAS LUHMANN IN THE WORK "THE SOCIETY AS A SYSTEM OF COMMUNICATION", BY OSVALDO DALLERA

ABSTRACT

This paper analyzes Niklas Luhmann sociological theory (1996, 1997, 2005). It is organized in two parts. In the first part, it analyses the main topics of Luhmann sociological theory, according to the principles and divisions proposed by Osvaldo Dallera (2012) in the work “La sociedad como sistema de comunicación”. In the last part, the focus is on analysing how the Luhmann’s theory is still modern and up-to-date, and its repercussions on modern sociological and juridical speeches trying to answer the question on why the constructivist theory take the classical philosophy and ontology out of the comfort zone, questioning the grounds of the traditional thinking?

Keywords: Luhmann; Theory; Systems; Environment; Communication.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar as principais questões sobre a teoria sociológica de Niklas Luhmann (1996, 1997, 2005) e a sua atualidade, tentando dar outros enfoques à seguinte questão: “por que Luhmann incomoda?” proposta por Osvaldo Dallera (2012), em seu livro “La sociedad como sistema de comunicación”. O objetivo é compreender os motivos pelos quais os paradigmas filosóficos e sociológicos rompidos pelo pensador alemão ainda causam tamanho desconforto no pensamento sociológico e jurídico ocidental.

Em sua obra publicada em 2012, Osvaldo Dallera divide a teoria sociológica de Niklas Luhmann em trinta lições, subdivididas em sete grandes tópicos. São eles: problemas filosóficos preliminares, um novo ponto de partida sociológico, os indivíduos e a sociedade, a comunicação, os sistemas sociais, consequências sociológicas para problemas filosóficos e os problemas sociais modernos.

No primeiro tópico, o autor argentino parte dos problemas filosóficos preliminares sobre o qual toda a filosofia se debruça: os conceitos de realidade e de sentido. No segundo tópico, apresenta o marco teórico luhmanniano, estabelecendo os conceitos das observações, dos sistemas de sentido e entorno, as propriedades e as relações entre esses sistemas. No terceiro, traça as questões de Luhmann sobre o indivíduo, envolvendo o sujeito e os sistemas psíquicos, e sobre a sociedade, analisando sua complexidade e sua evolução.

Na quarta parte, Dallera (2012) analisa o fenômeno da comunicação sob a perspectiva luhmanniana. Na quinta, debruça-se sobre os sistemas sociais, analisando suas diferenciações sistêmicas e funcionais. No sexto tópico, analisa as principais questões filosóficas como o tempo, a verdade, a moral, a religião e Deus. Na última parte, apresenta a perspectiva de Niklas Luhmann sobre os problemas sociais modernos que envolvem a ordem social, a identidade, a ecologia e o futuro.

Este trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira, serão estudados os principais tópicos da teoria sociológica de Luhmann (1996, 1997, 2005), de acordo com os princípios e subdivisões propostos por Dallera (2012). Na segunda parte será analisada a atualidade do pensamento luhmanniano e suas repercussões nos discursos sociológicos e jurídicos hodiernos.

1. PRINCIPAIS PONTOS DA TEORIA SOCIOLÓGICA LUHMANNIANA

Osvaldo Dallera (2012), em sua obra “La sociedad como sistema de comunicación, la teoría sociológica de Niklas Luhmann, em 30 lecciones”, apresenta-nos uma classificação didática sobre as principais questões da teoria sociológica de Luhmann.

Este capítulo analisará tais questões, partindo das premissas filosóficas, passando pela apresentação dos conceitos fundamentais da teoria construtivista, como a teoria dos sistemas e entorno, dos sistemas de comunicação e sistemas sociais, analisando, por fim, a questão da verdade e da moral na filosofia construtivista.

REALIDADE

O problema da realidade é o principal problema da filosofia. Há duas principais tentativas de responder à pergunta fundamental da filosofia sobre “o que é a realidade?”. A tentativa ontológica e a tentativa construtivista.

A explicação ontológica parte do pressuposto de que existe uma realidade independente do sujeito e que, com os recursos e métodos adequados, é possível chegar a conhecê-la. Dessa maneira, a realidade teria três características: seria uma e única para todos; estaria fora da cabeça de quem a percebe e pensa, seria exterior ao sujeito observador; existiria independentemente do que se diz ou se expressa acerca dela (DALLERA, 2012, p.17).

A verdade foi sempre interpretada, então, como algo alheio ao observador, que existiria independente do observador, de forma perfeita e inquestionável.

Durante a modernidade, mudaram as tentativas de explicação, pelo menos até Kant, mas o esquema de distinção sujeito/objeto permaneceu inalterável. A resposta ontológica pressupõe a existência de uma realidade objetiva e independente dos sujeitos e da sociedade. A realidade é uma, acessível e controlável, se tivermos os recursos e os métodos necessários para alcançá-la. É uma explicação metafísica.

Já a explicação construtivista, parte do ponto de que é impossível dar resposta à pergunta inicial, sobre “o que é a realidade?”. A realidade é entendida como uma construção social que se reformula constantemente, conforme mudam as formas de observação da sociedade.

Para o construtivismo, a realidade se constrói a si mesma dentro de um processo evolutivo, no qual só é possível dizer o que é realidade mediante a um procedimento artificial realizado por um observador que, com sua própria observação, já está formando parte da realidade que observa (DALLERA, 2012, p.19). Em outras palavras, quem observa cria parte da realidade e este observador da realidade está dentro e não fora da realidade.

Portanto, a realidade seria a soma de sentido e observação. Do encontro do sentido com a observação, surgem os sistemas de sentido.

SENTIDO

Para ontologia tradicional, o que dava sentido ao mundo era o Ser/Não Ser. Para o construtivismo, essa distinção não dá conta do dinamismo nem da complexidade da realidade.

O mundo real é o mundo que adquire sentido a cada recorte, a cada referência que fazemos dessa realidade cada vez que percebemos, pensamos ou dizemos algo acerca da realidade. Nesse contexto construtivista, a realidade deixa de ser “tudo o que está aí fora” (as coisas, feitos, ações, o mundo em geral), porque passa a ser possível criar significados para cada uma das coisas (DALLERA, 2012, p.21).

No marco da teoria construtivista e sistêmica de Luhmann, a realidade entendida desse modo é chamada de Sentido. O sentido é uma continuidade indiferenciada, é o meio que permite a aplicação de esquemas de distinção (LUHMANN, 1996, p. 127).

Segundo Luhmann (1996), os sentidos apresentam três dimensões:

A dimensão objetiva, que está constituída pelo conjunto de coisas significantes (materialidades, feitos, ações) que podem ser entendidas quando as pensamos ou se constituem em temas de comunicação através da fala. O significado de uma coisa não

existe pela coisa em si, e sim no sentido em que é dado para determinada coisa quando eu penso ou falo sobre ela.

A dimensão temporal, na qual as nossas experiências adquirem sentido de acordo com o tempo, com o “quando” aconteceu, e não como ou com quem. Ao seu turno, a dimensão social tem a ver com o intercâmbio comunicacional que acontece entre a pessoa que fala e a pessoa que recebe a informação. A dimensão social se localiza nesse ir e vir comunicativo.

Outra característica do sentido são as generalizações simbólicas, que fazem possível exteriorizar em significados ou palavras a distinção produzida pelo sentido. A linguagem coloca em palavras os recortes produzidos pelas distinções realizadas em todos os três níveis mencionados.

Em outras palavras, “a realidade entendida como sentido é necessária, está sempre pressuposta, nunca se faz presente, mas é a condição pela qual é possível produzir distinções” (LUHMANN, 1996, p. 199).

OBSERVAÇÕES COMO DISTINÇÕES

Observar é recortar uma porção de sentido para construir significados que permitam a quem participa da comunicação entender, e para a sociedade, permita gerar comunicações para seguir funcionando (DALLERA, 2012, p.23).

Há uma distinção entre observar e perceber. Perceber é uma forma de observação, mas não a única. Existem basicamente três formas de observar a realidade: a primeira no nível dos sentidos, através da percepção (olhar, escutar, prestar atenção); a segunda, no nível da consciência, através dos pensamentos (conceitualizar); e a terceira no nível da sociedade, através da comunicação (expressar).

O que se pode observar? Basicamente duas coisas: o mundo e outras observações. As observações que observam o mundo são observações de primeira ordem. As observações que observam outras observações são observações de segunda ordem (DALLERA, 2012, p.24).

A comunicação é sempre um recorte do que se pode dizer acerca de alguma coisa. A comunicação é a forma de observação de que dispõem a sociedade. Através das observações de segunda ordem, é possível observar como o outro (observador) observa o mundo. O que se pretende com observações de segunda ordem é observar o que o observador primeiro não consegue ver, em razão da sua posição (DALLERA, 2012, p.26).

A observação de segunda ordem elimina a noção de realidade como consenso. Cada observador tem uma interpretação da realidade e a observação dessa primeira interpretação proporciona ao segundo observador outra noção de verdade. A observação de segunda ordem não nos remete a um único mundo, comum para todos (LUHMANN, 1997, p. 44).

SISTEMAS DE SENTIDO E ENTORNOS

Quem é o observador? Para a filosofia tradicional, é o indivíduo (o “sujeito” para os modernos). Para Luhmann, o observador não é o sujeito, e sim uma classe de sistemas de sentido.

Os sistemas de sentido são sistemas que se constroem a partir das observações. “O observador é um sistema de sentido que se autoproduz enquanto produz distinções”, enquanto interpreta. Os resultados dessas observações são significados organizados no nível da percepção, da consciência e da comunicação (DALLERA, 2012, p.27). Com cada observação, a realidade fica imediatamente dividida em dois, do lado da observação fica o que foi efetivamente observado e organizado em forma de significado e, do outro lado, fica o que não foi levado em consideração na observação, “todo o resto”.

Sempre que observamos, observamos apenas uma parte da realidade, uma grande quantidade de outros aspectos dessa mesma realidade fica de fora e necessita de outra observação para poderem ser expressados. O que fica dentro da observação é o sistema e o que fica fora é o entorno.

A diferenciação sobre sistema e entorno é a primeira grande distinção com a qual o construtivismo aborda a realidade. O que diferencia o sistema do entorno é o grau de organização de seus elementos. Não há, porém, sistema sem entorno, pois a partir do momento em que algo é separado e analisado, cria-se um sistema e o resto, tudo aquilo que não foi analisado, virou o entorno desse sistema.

Os sistemas de sentido processam informação e produzem significados. Dentre os sistemas que processam informação e produzem significados estão os sistemas psíquicos, os sistemas de comunicação e os sistemas sociais.

Os sistemas psíquicos processam informação e produzem significados em forma de pensamentos. Por sua vez, os sistemas sociais processam informação e produzem sentidos em forma de comunicações. Para a teoria construtivista, os sistemas psíquicos e os sistemas sociais são sistemas de sentido.

Para que existam sistemas sociais, é imprescindível que haja consciência, porque se não existisse pensamento não poderia existir comunicação. Contudo, os sistemas sociais não podem pensar e os sistemas psíquicos não podem comunicar. Nenhum sistema pode fazer o que pertence ao outro. Portanto, são interdependentes e coevolucionaram.

Os sistemas de sentido não são coisas físicas. Não vemos nem tocamos a consciência e os sistemas sociais. Contudo, o que vemos e tocamos são suportes materiais a partir dos quais emergem os sistemas e os efeitos que produzem. Os sistemas abertos são realidades emergentes. Sistema educativo, a consciência.

PROPRIEDADES DOS SISTEMAS DE SENTIDO

Os sistemas de sentido são autônomos em relação ao entorno, ao contrário do que entende o realismo e a metafísica tradicional. Eles são operativamente fechados. Os sistemas trabalham para se autossatisfazer. Tudo o que vem do entorno para perturbar o sistema, após ser interpretado, incorpora-se ao sistema (DALLERA, 2012).

Os sistemas de sentido também se autoproduzem, são autopoieticos. Por serem operativamente fechados, produzem os mesmos elementos de que são feitos, comunicações e pensamentos, respectivamente. O entorno perturba o sistema para que ele continue produzindo.

Ainda segundo este autor, também são autorreferenciais, autorreflexivos. Processam uma forma específica de comunicação que encaixa na estrutura comunicacional interna desses sistemas para que possam produzir-se e reproduzir-se

uma vez ou outra. O sistema cria um contexto cujas condições elementares já se encontram colocadas.

Para o construtivismo, os sistemas de sentido produzem para si mesmos, em forma de pensamentos ou em forma de comunicações.

A fortaleza do construtivismo sistêmico são as observações de segundo grau e essas três características. “O mundo em que vivemos hoje é um mundo de significados construídos sobre a base de observações de observações que somente servem para reprodução dos sistemas de sentido sem que exista qualquer finalidade no funcionamento deles que esteja relacionada com a transformação ou com a melhora do entorno” (DALLERA, 2012, p.33).

A RELAÇÃO ENTRE SISTEMAS DE SENTIDO - A INTERPENETRAÇÃO

Interpenetração é a forma como os sistemas de sentido se relacionam entre si. É possível que se relacionem entre si os sistemas de consciência e também os sistemas de consciência com os sistemas sociais (DALLERA, 2012).

A interpenetração é a relação de sistemas que pertencem um ao entorno do outro. Quando um sistema se relaciona com outro, observa toda a desordem e a complexidade desse outro, a partir de suas próprias estruturas, com seus próprios limites sistêmicos.

Assim, para este autor, como é possível utilizar a complexidade de um sistema sempre distinto para construção do próprio sistema? Através de esquematizações binárias. Na interpenetração, um sistema reduz a complexidade do outro através da observação desse outro, e, portanto, reconstruindo o outro dentro de si mesmo, utilizando como ferramentas esquemas binários do tipo bom/mal, correto/incorreto, verdade/mentira. Quando fazemos isso, estamos reduzindo a complexidade desse outro sistema.

OS INDIVÍDUOS, O SUJEITO E OS SISTEMAS PSÍQUICOS

Para as correntes do pensamento humanista e para o pensamento tradicional em geral, o ser humano se encontra dentro e não fora da sociedade (DALLERA, 2012, p.37). O indivíduo é entendido como unidade última e elementar da sociedade.

Porém, a sociabilidade de cada um de nós é só um componente de toda a complexidade da nossa individualidade. Existem outros, como o componente orgânico (corpo físico) e uma dimensão psíquica.

A existência de um corpo é uma pré-condição para a vida social. A sociedade só pode se produzir a si mesma se a continuação da vida e da consciência estiver garantida. “Não é possível pensar que o orgânico e o psíquico dos indivíduos formem parte do sistema da sociedade” (DALLERA, 2012, p.37), apesar de essas organizações serem essências para que exista a comunicação, que é elemento da sociedade.

O corpo entendido como a psique de cada indivíduo não faz parte do sistema da sociedade. Então, quando o indivíduo é entendido como um conjunto de fatores, como o fator sociabilidade, o fator corpo, o fator psíquico, é possível dizer que o indivíduo não faça parte da sociedade.

“O construtivismo modifica o ponto de vista tradicional e localiza os indivíduos, e, portanto, os sistemas psíquicos, fora da sociedade. Para a teoria construtivista de sistemas, o ser humano forma parte do entorno da sociedade” (DALLERA, 2012, p.38). No entanto, não se deve concluir que, no mundo dos sistemas sociais, não existam indivíduos.

Os sistemas psíquicos são o entorno especial da sociedade, por ter em comum com ela o fato de ser sistema de sentido. Dessa forma, não se pode dizer que os sistemas psíquicos são anteriores à sociedade, que formaram a sociedade a partir do contato entre um ou mais sistemas psíquicos. Ao contrário, os sistemas psíquicos e a sociedade co-evolucionaram simultaneamente. Um produzindo pensamentos a partir de pensamentos e outra se autorreproduzindo com o aumento do número de comunicações.

Segundo Dallera (2012), o que ganha o ser humano sendo entorno e não parte integrante do sistema da sociedade?

A primeira questão colocada é que o entorno é parte inseparável do sistema, portanto não é menos importante que o sistema. Depois, o entorno, comparado com o sistema, é sempre um lugar de maior complexidade e com menos ordem. Sendo parte do entorno, ser humano é o que confere significado ao sistema (DALLERA, 2012, p.38).

Em função disso, ao se aceitar os indivíduos como parte do entorno e não do sistema da sociedade, amplia-se a complexidade dos seres humanos e isso faz com que os indivíduos ganhem em liberdade e possibilidades de aumentar a gama de seus próprios comportamentos, incluindo as condutas irracionais e imorais (DALLERA, 2012, p.39). Dos indivíduos, pode-se esperar qualquer coisa. Os indivíduos não são a régua com a qual se mede a sociedade.

DO QUE É COMPOSTA A SOCIEDADE?

Se os seres humanos, os indivíduos, não compõem a sociedade e sim o seu entorno, do que é composta a sociedade?

Dentro da teoria analisada, os seres humanos, as pessoas concretas participam da e na sociedade, mas não formam parte constitutiva da sociedade. O social e o ser humano não entidades autônomas. Cada um atua com base em elementos e estruturas diferentes que não se podem reduzir a um denominador comum.

O ser humano é o entorno da sociedade. Produz ruído, inquieta, mobiliza e desestabiliza o sistema social. Já a sociedade, como sistema, constrói-se e reconstrói-se em sua própria dinâmica, num processo evolutivo contínuo.

A sociedade é um sistema global de sentido composto de comunicação. Para que haja comunicação, é necessário que haja seres humanos que expressem suas ideias, pensamentos, *etc.*; dessa forma, os seres humanos participam da sociedade.

Porém, todas essas formas expressivas, uma vez feitas publicamente, toda vez que são ditas ou expressadas para outros, começam a formar um circuito comunicativo, juntando-se com o que foi dito e expressado por outros seres humanos e adquirem autonomia, identidade própria e passam a ser elemento constitutivo da sociedade, independente dos sujeitos que exerceram a comunicação.

Uma vez que algo foi dito ou expressado, isso que foi dito se torna independente do sujeito emissor, adquire autonomia e passa a formar parte da sociedade, sem que qualquer indivíduo possa ter algum controle sobre esse novo elemento social. A sociedade é um produto da evolução, uma solução que emerge

enquanto se produzem contatos entre indivíduos cuja função é gerar continuamente estruturas de sentido que façam possível sua continuidade e que evitem sua desintegração (DALLERA, 2012, p.42).

A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE

O construtivismo sistêmico entende a sociedade como um sistema que pode explicar as transformações de sua estrutura a partir da perspectiva da teoria da evolução.

Nesse sentido, a casualidade seria uma forma de conexão entre sistema e entorno que não pode se explicar com os recursos que utilizamos para entender a ordem que estamos acostumados. Casualidade é tudo aquilo que não se encaixa nos moldes e estruturas conhecidos no momento em que se produzem esses desvios (DALLERA, 2012, p.46). Nenhum sistema pode considerar todas as casualidades.

A transformação evolutiva da estrutura da sociedade se produz em uma sequência temporal que compreende três movimentos: variação de elementos, seleção de uma estrutura e reestabilização.

Através da variação, mudam os elementos do sistema, isso é, as comunicações.

Ao produzir-se uma variação de elementos da sociedade, as estruturas vigentes até esse momento têm duas opções: rechaçar a variação ou se reformular para aceitar o ingresso da novidade.

Tal seleção impõe ao sistema que se acomode e adapte àquela estrutura selecionada. A reestabilização supõe a formação de sistemas em que algumas inovações assegurem duração, capacidade de resistência, reestabelecendo uma condição de quietude e estabilidade (DALLERA, 2012).

Como funcionaria a sociedade a partir de sua evolução? A teoria da evolução não oferece nenhuma informação sobre até onde vai a sociedade ou como ela irá. Não permite fazer uma proposição do futuro.

A teoria da evolução da sociedade estruturada dessa maneira elimina a necessidade de uma interpretação histórica. Os sistemas se reproduzem enquanto funcionam, realizando suas próprias operações.

Essa sociedade é a que existe agora, mas nada nos indica que é a sociedade que existirá para sempre. A única alternativa que dispõe para evitar sua autodestruição é manter sua própria capacidade de resistir a velocidade com que se produzem as transformações sociais.

A sociedade também pode orientar suas ações para que os seres humanos assumam que a realidade social em que vivem funciona desse modo (DALLERA, 2012).

O QUE É A COMUNICAÇÃO?

Para o referido autor, a comunicação é o processo básico que produz os elementos da sociedade. A comunicação é uma operação genuinamente social, porque pressupõe o contato de um grande número de sistemas psíquicos; pode ser entendida como um processo que torna provável o improvável. Para Luhmann, “a comunicação é um milagre”. Parece improvável que conseguir entender o que outra pessoa quer dizer, por serem duas pessoas distintas, de corpo e mente distintos.

Para que a comunicação tenha sido possível, ao longo da evolução, tiveram de ocorrer vários fenômenos. Como pode ser possível que duas pessoas diferentes, com seus entornos, consigam chegar a entender-se? A maneira como a comunicação transforma o improvável em provável (várias pessoas diferentes se compreendendo) é o que põe a sociedade em marcha.

Por isso, a comunicação é a única operação social. Se não houvesse comunicação, não haveria sociedade. A evolução da sociedade e da cultura não é outra coisa que a transformação da improbabilidade de conseguir que duas ou mais pessoas se comuniquem com êxito e que essas pessoas consigam chegar a entender-se.

Ainda segundo o autor, a comunicação também atua como oferta de seleção: informação, ato de comunicar e expectativa de êxito. A comunicação, além de milagrosa, é um recorte que uma pessoa faz sobre a realidade e transmite à outra. É uma oferta de seleção. Essa seleção pode ser a seleção de informação, “o que se diz”. Sempre que alguém comunica algo, faz um recorte entre o que é comunicado e “todo o resto”.

A seleção também pode ser a do ato de comunicar, “de que maneira se diz”. Nem sempre dizemos a mesma coisa do mesmo modo. Tem a ver com o aspecto expressivo da linguagem.

A seleção também pode ser a seleção da expectativa de êxito, a expectativa de uma seleção de aceitação que se realiza no ato de entender, ou ao entender, a informação e o ato de comunicar.

O ato de entender tem a ver com a recepção por parte de terceiro daquilo que se é comunicado. Há outra característica da comunicação que tem a ver com a seleção que o receptor faz de aceitar ou rechaçar a continuidade da comunicação. Uma coisa é compreender o significado do que se fala, outra é rechaçar a comunicação.

Em síntese, põem em contato seres autônomos, elimina as distâncias, espaços-temporais e orienta a comunicação no sentido da aceitação.

Outra visão da comunicação é a sua interpretação como operação mediada, através dos meios de comunicação. Por intermédio dos meios de comunicação, a sociedade se produz e reproduz como sistema social. Há três meios diferentes: o meio da linguagem; os meios de difusão e os meios simbólicos de comunicação.

A linguagem amplia ao infinito todo repertório de comunicação. Através da linguagem, todo acontecimento pode aparecer e ser trabalhado como informação.

A escrita, a imprensa, as telecomunicações são meios de difusão, que são formas mais comunicadoras de comunicação. Os meios de difusão permitem que a comunicação que se produz utilizando-os seja mais precisa e mais complexa que a que se pode estabelecer através do diálogo oral.

Na sociedade atual, a comunicação mais exitosa se realiza através de meios simbólicos, como o dinheiro, o poder, a verdade e as qualificações. Todos eles condicionam e regulam a motivação para que se aceitem as seleções que oferecem.

Em resumo, a comunicação, como a vida e a consciência, é uma realidade emergente que surge como resultado de uma síntese de seleção de informação, seleção de forma de expressar essa informação e seleção compreensiva dessa expressão e sua informação. A comunicação não é transmissão. Todos esses componentes, em conjuntos, criam a comunicação.

A comunicação compreende uma distinção entre o valor informativo de seu conteúdo e as razões pelas quais o conteúdo foi expresso.

O que se pode esperar da comunicação?

A teoria construtivista é pessimista em relação aos resultados da comunicação. Sendo entendida como um fenômeno social, comumente se enxerga a comunicação como mecanismo que facilita a compreensão entre as pessoas e potencialmente possibilita a criação de consensos que podem durar um longo período de tempo (DALLERA, 2012).

Como já afirmado pelo autor, a comunicação não é transmissão. O que o transmissor fala não é o mesmo que o receptor entende. Portanto, a comunicação em si é lacunosa e depende que o receptor compreenda o que está sendo comunicado. Nunca se compreende a totalidade do que foi comunicado.

Além disso, predomina a ideia de que através da comunicação é possível chegar a consensos duradouros. Trata-se de uma expectativa exagerada, de acordo com a visão construtivista. A comunicação só consegue prover acordos de curto prazo. Isso porque, na velocidade com que os fatos acontecem no mundo atual, a única possibilidade posta é a realização de acordos para resolver um problema atual. Esse acordo será revisto com o surgimento do próximo problema, originando um novo acordo.

Isso se refletiria em todas as esferas sociais. O mundo é dinâmico e muda a cada instante. Parece ser mais produtivo ter a habilidade de adaptação às contingências que ter posições firmes e determinadas sobre um assunto.

O que são os sistemas sociais?

Como já analisado pelo autor, os indivíduos formam parte do entorno da sociedade.

Para que haja comunicação, é necessário que haja indivíduos, mas a sociedade só existe se eles se comunicarem. Se indivíduos pensassem, mas não expressassem comunicação, não comunicassem seus pensamentos entre si, a sociedade não existira.

Assim, nasce a sociedade a partir de comunicações que geram outras comunicações. Esse conjunto de comunicações podem agrupar-se em quatro grandes tipos de sistemas sociais, segundo Dallera (2012): os sistemas de interação, os sistemas sociais funcionais, as organizações, movimentos sociais de protesto e redes sociais.

Os sistemas de interação se constituem a partir da presença simultânea de, pelo menos, dois indivíduos participantes, sendo que a duração desses sistemas pode ser breve, como duas pessoas que se encontram na rua, no colégio ou no clube e conversam sobre algum tema de interesse mútuo.

Já em relação sistemas sociais funcionais, temos como exemplo o sistema econômico, o sistema político, o sistema educativo, o sistema de saúde, o sistema religioso, o sistema jurídico. Todas as funções, conferidas a cada sistema, são importantes, porque nenhum sistema pode desempenhar a função social de outro.

Quanto às organizações, a forma de comunicação predominante que as identifica é a decisão. Como em todos os demais sistemas sociais, os membros da organização formam parte de seu entorno interno. As instituições que regulam a atividade da organização constituem seu entorno externo.

Os movimentos sociais de protesto se caracterizam por sua realidade de estar contra alguma coisa. A reação é mais importante que o conhecimento das razões da

oposição. Em lugar de organizar decisões, organizam seus membros em torno de motivos, que são sua razão de ser.

As redes sociais, nos dias de hoje, devem ser agregadas à tipologia apresentada por Luhmann (1996, 1997 e 2005) a um novo tipo de sistema social estruturado a partir da Internet. Facebook, Twitter e outras redes sociais do mesmo tipo permitem construir comunidades virtuais, com todas as propriedades das comunicações dos sistemas sociais conhecidos.

Nenhum sistema social é uma entidade física, fixa e permanente. Esses sistemas sociais “duram” tanto quanto os episódios dentro dos quais se produz comunicação em alguma das formas que esses tipos de sistemas constroem (DALLERA, 2012, p.68).

Cada sistema social produz um tipo de comunicação própria: a conversação é um tipo de comunicação própria da interação, os pagamentos são comunicações próprias do sistema econômico, as decisões são comunicações próprias das organizações e o protesto é a forma de comunicação dos movimentos sociais. A totalidade das comunicações produzidas por todos os sistemas sociais constituem a sociedade.

Diferenciação funcional

Quando a sociedade cresce porque crescem as comunicações que se produzem em seu interior, ela fica mais complexa. Foi o que sucedeu com a sociedade em que vivemos: tornou-se uma sociedade complexa porque cresceu a quantidade de comunicações e também se incrementaram as formas de comunicação. Para se fazer compreensível, para poder funcionar, a sociedade se vê obrigada a perseguir um objetivo: reduzir sua complexidade.

A sociedade moderna reduz sua complexidade diferenciando-se dentro de si mesma em sistemas sociais funcionais. Cada um deles processa, em seu interior, um tipo de comunicação específico que o ajuda a cumprir uma função social e também serve para se diferenciar dos demais sistemas sociais. Só que dentro de cada um, o número de comunicações aumenta e se produzem novas relações entre elas. Assim, a sociedade moderna é uma sociedade complexa composta por sistemas sociais complexos (DALLERA, 2012, p.70).

Racionalidade sistêmica

O conceito dos pré-modernos de que a racionalidade correspondia com sua concepção ontológica do mundo fazia crer que a natureza das coisas sintonizava com uma racionalidade que se adaptava perfeitamente a ela. Em todo caso, o que se esperava do pensamento e das ações era uma relação de adequação com a ordem da realidade. Quem não se enquadrava nessa harmonia entre pensamento, ação e natureza devia ser considerado errôneo, desviado, patológico.

Na modernidade, ser e pensar se separam, e a partir daí se bifurcam em ontologias paralelas; a realidade se torna “objetiva” e a razão é o que distingue o sujeito.

Até esse momento, o pensamento social era governado pelo predomínio da razão como instrumento capaz de dotar de ordem, cálculo e previsibilidade os

fenômenos sociais e naturais. A condição, em qualquer caso, era descobrir os mecanismos e as leis que regulavam o funcionamento desses fenômenos.

A partir do século XIX, a razão moderna aparece como uma razão de alto rendimento voltada à resolução de problemas parciais. Essa razão moderna se caracterizou por ser mecânica, instrumental e estratégica.

A partir do primeiro quarto do século XX, questiona-se essa concepção de racionalidade e se pergunta como podem ser possíveis a unidade, a ordem e a racionalidade do mundo, sob condições extremas de contingência, introduzidas pela complexidade. Nesse novo contexto, o construtivismo sistêmico faz com que a racionalidade dependa da distinção. Racionalidade é, pois, aplicar uma diferença a uma diferença - sistema/entorno (DALLERA, 2012, p.78).

A racionalidade sistêmica significa que o sistema se mantém em funcionamento, ou seja, opera dentro do sistema com a diferença que lhe é própria para seguir produzindo comunicações. O sistema opera enquanto funciona e essa é sua racionalidade. Por outro lado, o sistema não procura, enquanto funciona, qualquer harmonia entre pensamento, ações e natureza, como pretendia a racionalidade pré-moderna, nem tampouco a resolução racional de nenhum problema externo ao seu próprio funcionamento, como pretendia a racionalidade moderna. Em consequência, nesse novo contexto sistêmico, racionalidade não quer dizer racionalidade ontológica do mundo, e, sim, exclusivamente, “racionalidade do sistema”. Em outras palavras, os sistemas sociais não funcionam para solucionar nada em forma definitiva, mas deverão estar preparados para enfrentar os novos problemas com a própria lógica para que o próprio sistema e a sociedade continuem funcionando.

Para resumir, uma sociedade como a nossa não tem lugar para a racionalidade como foi entendida pelo pensamento tradicional pré-moderno e moderno. Como disse Luhmann (1996, p. 141), a racionalidade sistêmica própria de nossa época nos leva a entender o funcionamento da sociedade em termos de problemas que se devem resolver sabendo que gerarão outros problemas e isso “elimina toda esperança de solução total e definitiva”.

A perspectiva construtivista do conhecimento

O pensamento tradicional entende o conhecimento como adequação entre a mente e os objetos e, também, como depósito: se alguém conhece algo, isso permanece alojado em uma espécie de baú a que se pode ter acesso cada vez que haja necessidade desse conhecimento (DALLERA, 2012, p.78).

Para a teoria de sistemas sociais, o fundamento do conhecimento não se encontra no sujeito que conhece nem na realidade conhecida, mas na sociedade. Essa mudança de enfoque obriga a sociedade moderna a reconhecer a relatividade radical do conhecimento, inclusive a que afeta noções anteriormente consideradas válidas e universais para todos. Nesse sentido, o conhecimento perde a característica de algo que se pode ter e guardar e, em lugar disso, apresenta-se na forma de duas perguntas fundamentais, quais sejam, quem atualiza o conhecimento e em que condições ele é atualizado.

Quem atualiza o conhecimento? Quem atualiza o que sabe ou o que conhece é sempre um sistema de observação dentro de um contexto e uma circunstância. O conceito de observar compreende, assim, conhecer e atuar.

O ponto de partida da atualização do conhecimento está nas expectativas do sistema de observação acerca do comportamento do entorno. São essas estruturas do conhecimento que lhe conferem estabilidade e capacidade de repetição para pô-lo em prática em circunstâncias parecidas. As expectativas operam como “moldes” em que o encontro com o entorno encaixa ou não encaixa. Quando não encaixa, ocorre uma decepção. Expectativas e decepções são as duas faces da mesma moeda.

Sob que condições o sistema atualiza o conhecimento? Quando a expectativa não funciona, a decepção põe o sistema de observação ante uma dupla alternativa: ou mantém a expectativa apesar de não funcionar porque crê nela, ou a modifica. A expectativa é mantida, o que se faz é convertê-la em norma. A outra opção é trocar as expectativas. Trocar as expectativas é aprender as expectativas a respeito do comportamento do entorno. Nesse caso, aprender é o ato do sistema de observação de modificar suas expectativas perante as decepções.

Outra questão que aparece é quando o sistema de observação atualiza seus conhecimentos. O sistema de observação atualiza seus conhecimentos em cada momento. Com efeito, no contexto da teoria de sistemas, o conhecimento e a verdade são eventos ou operações que são sempre atuais. Por isso, o conhecimento não pode ser compreendido como um depósito duradouro no tempo, mas como uma operação complexa de comprovação. Sabe-se o que se necessita saber em cada momento, para atuar nesse contexto e nessas circunstâncias. Quando o contexto e as circunstâncias mudam, tem-se que saber outra coisa. Conhecer é saber o que se necessita, no momento em que se necessita. O conhecimento tem que ser atualizado em cada caso.

Se considerarmos a cognição como disposição a aprender e compreendemos a disposição a aprender como capacidade para uma mudança estrutural, isso dirige todas as demais reflexões em direção a uma teoria construtivista e evolucionista do conhecimento e da ciência (DALLERA, 2012, p.88).

O problema da verdade sob a perspectiva sistêmica

Dentro da teoria do conhecimento clássica ou tradicional, a verdade é definida como a adequação entre o intelecto e a realidade. Se a imagem ou representação que temos em nossa cabeça coincide com a porção do mundo comumente representada, então estamos com a verdade (DALLERA, 2012).

O construtivismo sistêmico não aceita tal versão clássica do problema, entendendo que a verdade é uma construção que nasce da comunicação e, por isso, não existe fora da sociedade. Nesse sentido, a verdade não é nenhuma característica do mundo em que vivemos, nem tampouco é algo que se possa verificar recorrendo a alguma fonte de autoridade, por exemplo, a razão.

O termo “verdade” é um símbolo que funciona como uma “etiqueta” que adere a uma comunicação que até esse momento era considerada improvável e, com a colocação da etiqueta se transforma em provável. A verdade é, portanto, uma designação desenvolvida na comunicação para fins da comunicação, uma “*institutionalized label*” (DALLERA, 2012, p.89).

A verdade funciona como um meio de comunicação simbólico utilizado nos processos observados empiricamente observados. Isso não quer dizer que a verdade é “relativa”, porque as coisas acontecem como acontecem e, enquanto isso ocorre, é verdade.

Entender a verdade do ponto de vista sistêmico construtivista ilide a perspectiva tradicional que vincula o problema da verdade aos campos da percepção, do conhecimento e da ciência.

No que tange ao campo da percepção, frequentemente aceitamos que o adjetivo “verdadeiro” se aplica a conhecimentos que obtemos pela via da percepção. Ocorre que a percepção é um acontecimento muito breve da consciência que, uma vez que aparece, perde-se. Se a percepção é um acontecimento da consciência, então não pertence à sociedade. Logo, pode-se comunicar sobre as percepções, mas essas são comunicações e não percepções porque um sistema de comunicação continua dependendo da consciência como um transformador da percepção em comunicação. A verdade é e continua sendo um meio de comunicação: transmite comunicação e nada mais.

Em relação ao conhecimento, para o construtivismo sistêmico, o conhecimento sempre é apenas um conhecimento atual, ou seja, está à disposição por um momento, não existe um “depósito” dentro do qual se guardam os conhecimentos que são verdadeiros. Quando usamos um conhecimento para resolver um problema; nesse momento, esse conhecimento é verdadeiro. Se quisermos distinguir entre conhecimento e verdade, essa distinção só tem sentido quando se pressupõe um observador de segunda ordem; um observador que observa a distinção que outro observador utiliza. Se aceitarmos esse ponto de partida, temos que nos colocar no nível da observação de segunda ordem e perguntar para qual observador a designação verdadeiro/falso designa algo (DALLERA, 2012).

Nesse sentido, emerge o campo da ciência, na medida em que o aumento de conhecimento se realiza cada vez menos na prova imediata, com circunstâncias perceptíveis. Agora, esse procedimento é substituído pela elaboração de construções, por exemplo, mediante a formulação de leis naturais que são verificadas empiricamente quanto a suas consequências. A “ciência” gera um mundo próprio de comunicações entrelaçadas que constroem uma ordem determinada, que necessariamente essa ordem guarde alguma relação com o mundo exterior. Nesse contexto, a verdade é o valor positivo da etiqueta que o sistema social que conhecemos como ciência coloca em suas comunicações, enquanto funcionam.

Para a ciência, desenvolvimento do conhecimento consiste em produzir comunicações a partir de obter resultados e de incrementar o conhecimento disponível. A ciência, como os demais sistemas sociais, limita o alcance de suas comunicações internas mediante seu próprio código verdadeiro/falso. Quando a ciência aplica a etiqueta de verdade aos conhecimentos que constrói, o que faz é permitir que continue a comunicação relacionada com esse conhecimento dentro do sistema. Quando a ciência aplica a etiqueta de falso a um conhecimento, essa etiqueta opera como valor reflexivo e obriga o sistema a revisar as comunicações científicas que produziu. Hoje, considera-se que construir o que se conhece é mais importante do que o conhecimento (DALLERA, 2012, p.92).

A moral construtivista

A moral, sob a perspectiva construtivista, difere-se, e muito, do conceito de moral tradicional. A moral tradicional (tanto pré-moderna como moderna) apresenta três características que, em conjunto, pretendem regular a relação entre os seres humanos, e entre eles e a sociedade.

A primeira dessas características é que a moral tradicional se compõe de um corpo de normas que nos indicam o que uma sociedade ou uma comunidade, em um momento determinado, aceita como bom e rechaça como mau. Consequentemente, a falta de cumprimento das normas supõe a aplicação de sanções.

A segunda característica é a que faz da moral tradicional, em suas distintas versões, uma moral de fundamentos. Para dar legitimidade a esse corpo de normas, é preciso que alguém (Deus) ou algo (a razão ou o costume) lhe dê a força necessária para que seja aceito dentro da comunidade em que terá vigência. Em cada momento, Deus, a razão ou o costume se constituirão no principal fundamento das normas morais impostas ao comportamento das pessoas (DALLERA, 2012, p.92).

A terceira característica é a que faz com que a moral se apresente como o fator aglutinante da sociedade, como o recurso capaz de tornar possível que uma mesma comunidade adote um mesmo código de valores. Ora, apenas uma perspectiva superficial e unilateral pode qualificar a moral como o aglutinante social dos seres humanos. A função da moral não consiste em integrar socialmente os seres humanos.

Já o construtivismo, enxerga que, apesar do discurso inspirado na tradição, a moral se converteu numa marca social. Ainda existe “observação” moral, mas agora como forma comunicativa de abordar os seres humanos em termos de apreço ou despreço como pessoas e não como forma de integração do sistema à sociedade. A perspectiva construtivista sistêmica questiona os enfoques tradicionais e fixa sua atenção nos problemas derivados da relação entre a moral e o funcionamento dos sistemas sociais na sociedade moderna.

Para o construtivismo sistêmico, a moral é o conjunto de condições especiais que nos inclinam a apreciar ou depreciar os outros conforme estejam ou não de acordo com nossos pontos de vista valorativos. Deste modo, a moral se converte num recurso social que serve para reduzir complexidade no momento em que dois sistemas de sentido se relacionam entre si e se observam mutuamente dentro do esquema de distinção bom / mau. Dessa maneira, a moral não é o fundamento que determina o valor de nossas ações e condutas, mas sim um efeito específico da comunicação (apreço/despreço) que depende do grau de coincidências que percebem dois sistemas de sentido quando se comunicam (DALLERA, 2012).

A estima ou o apreço são a etiqueta, a generalização simbólica que dedicamos a uma pessoa com a qual coincidimos em suas preferências. Essa generalização simbólica nos ajuda a reduzir a complexidade gerada cada vez que dois sistemas de sentido cruzam comunicações entre si, carregadas de perspectivas valorativas e que fazem produzir, coincidirem-se, um apreço mútuo entre ambas as pessoas ou, se não, uma corrente de desestima. De maneira alguma podemos pensar que a moral entendida dessa forma nos conduz a um relativismo sem fundamento. Ao contrário, a moral se torna mais precisa em função do enfoque sociológico da verificação das condições de moralização dos diversos temas e não na generalidade dos princípios ou dos fundamentos morais.

Nenhum sistema funciona moralmente bem ou mal. Isso significa que nenhuma das duas partes do código binário que diferencia um sistema funcional da sociedade é boa ou má. Por exemplo, na perspectiva funcionalista e sistêmica, não é possível dizer que o código verdadeiro que pertence ao sistema científico é bom e o código não verdadeiro é mau ou que, no código que identifica o sistema educativo, melhor é bom e pior é mau. Para esse modo de entender a moral, os códigos funcionais se elevam acima

da moralidade, vez que tem que fazer acessíveis seus dois valores para todas as operações do sistema.

Isso traz como consequência que nos subsistemas de uma sociedade funcionalmente diferenciada se deve renunciar a uma integração moral, que faria com que todos os membros da sociedade valorassem do mesmo modo um determinado feito ou situação. Por exemplo, que pagar é bom e não pagar, mau; que crer é bom e não crer, mau; que aprovar é bom e não aprovar, mau, *etc.*. A sociedade moderna já não se pode integrar moralmente e, portanto, não podemos aspirar que a humanidade avalie como boas as mesmas ações e por más as mesmas condutas.

Todos sabemos que as questões morais provocam, muitas vezes, mais desacordos que acordos. As expectativas de consenso através do diálogo não são mais que uma expressão de desejos que não condizem com o funcionamento real dos sistemas sociais. Isso faz que, em certas ocasiões, ocorra o emprego da força. Com efeito, quando participamos da comunicação e expressamos nossos apreços e desapreços, simultaneamente adotamos posições excessivamente firmes. Em casos extremos, podemos nos ver em situações em que teremos que adotar meios drásticos para resolver as diferenças. Isso se passa porque se confundem os dois conceitos do código moral bom/mau com o do valor positivo “bom”, que é apenas uma parte desse código, e não pode existir isoladamente (DALLERA, 2012).

Ou seja, muitas vezes, ficamos intransigentes em nossos juízos morais porque pretendemos que aquilo que cremos que é bom se transforme em uma norma para ser imposta aos outros. Quando queremos transformar nossos conhecimentos em normas para os demais, tornamo-nos mais fundamentalistas.

Esse enfoque sistêmico e construtivista de moral põe-nos frente a problemas diferentes daqueles dos quais tratava a investigação ética clássica. Entre esses novos problemas, podemos mencionar o problema do paradoxo do código moral, o problema da liberdade, o problema da avaliação moral da sociedade e a impossibilidade de determinar posições sociais por meio da moral.

Todos os códigos binários e, portanto, também o de a moral, produzem paradoxos quando são aplicados a si mesmos. Isso significa que não é possível decidir se a distinção bom / mau é, à sua vez, boa ou, pelo contrário, má. Agora, somos conscientes de que qualquer virtude pode ser apresentada como viciosa e qualquer vício, como algo virtuoso. Se uma conduta reprovável pode ter consequências saudáveis, ou se, as melhores intenções podem causar o pior, a tão saudável polêmica moral sobre distintos aspectos da vida pode neutralizar-se.

No que diz respeito à liberdade, tem-se que é um produto derivado da comunicação e não um pressuposto do juízo moral como a considerava a teoria tradicional. Recordemos que a moral tradicional assegurava que, para julgar moralmente, havia que ser livre e a liberdade era entendida como um atributo do ser humano. O difícil era determinar de onde provém esse atributo. Sempre que algo concreto é comunicado, a essa comunicação se pode responder tanto com um sim como com um não e a comunicação moral não é uma exceção. O inconveniente dessa concepção é que, enquanto na comunicação produzida em outros sistemas sociais existem rotinas para o tratamento da aceitação ou recusa, quando se trata de comunicação moral se estabelece que a liberdade sempre fica do lado do bom, como se disséssemos “exijo o bom porque sou livre ou sou livre só porque exijo o bom”, como se não fosse possível ser livre e escolher o mau de alguma questão.

Em decorrência do exposto, a sociedade como tal não pode ser avaliada moralmente. Seria absurdo tomar por maus os que consideram boa a sociedade moderna, ou respeitar os que a rechaçam criticamente pelo fato de serem críticos. Como sistema que engloba toda a comunicação, a sociedade moderna não é nem boa nem má, mas apenas a condição para que possa conter comunicações que expressem aceitação ou recusa de valores ou condutas.

Enfim, chega-se ao problema da impossibilidade de determinar posições sociais por meio da moral. A sociedade moderna não pode designar aos seres humanos suas posições sociais por meio da moral. Nada nos indica que haja uma correspondência entre sucessos e merecimentos ou entre posições e méritos. A realidade social desmente o pressuposto segundo o qual os bons merecem ocupar os melhores lugares da sociedade e os maus são castigados e relegados às posições menos vantajosas. Há muito tempo, a diferença bom e mau deixou qualquer sistema social (DALLERA, 2012).

2. POR QUE LUHMANN INCOMODA? A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE NIKLAS LUHMANN (1996, 1997, 2005)

A teoria da sociedade de Luhmann (1996, 1997, 2005) não tem demasiada repercussão. Talvez se possa explicar essa postura acadêmica explicando por que Luhmann incomoda.

A resposta a essa pergunta é bastante simples. A sociologia de Luhmann (1996, 1997, 2005) incomoda porque, como ensina Dallera (2012), interpela, desafia e põe em cheque o pensamento tradicional em suas variantes pré-modernas e modernas.

A sociologia de Luhmann (1996, 1997, 2005) despreza do centro da cena social as autoridades do pensamento tradicional (Deus, como supremo observador dos pré-modernos, e a razão transcendental como instrumento único de produção cognitiva e normativa dos modernos). Em seu lugar, coloca o paradoxo como recurso de construção de sentido. “Paradoxo” significa copiar a forma da distinção utilizada para observar dentro da mesma distinção. Por exemplo, se falamos de ética, formular a pergunta se é boa ou má a distinção bom/mau. Dito de outro modo, paradoxar a observação consiste em aplicar a diferença derivada da observação a mesma distinção utilizada para separar o sistema (o observado) de todo o mais (o entorno). É aplicar o distinto nele mesmo. Assim, o que se perde em estabilidade se ganha em uma prática observacional infinita.

Além disso, faz da observação (sobretudo da observação de segundo grau) o motor da construção social da realidade. As observações modificam o que se observa. Uma vez que algo é observado, não pode ser igual ao que era antes de ser observado. Com a primazia da observação e do observador como parte constitutiva do objeto observado, impugna o principal ponto de partida da tradição, que é a distinção sujeito/objeto e, com ele, a aceitação axiomática da existência de uma realidade independente do observador e, com ele, a possibilidade de alcançar um conhecimento verdadeiro, juntamente com a possibilidade de construir uma autoridade a partir desse conhecimento, com poderes para determinar ou decidir como são as coisas ou quando aparecem desvios relativos ao que foi alcançado.

Luhmann (1996, 1997, 2005) assume que tudo o que não é sociedade, isto é, comunicação, passa a fazer parte de “todo o mais” que se agrupa no campo ecológico, incluídos os seres humanos. Do entorno, chegam à sociedade todas as ameaças às quais só se pode fazer frente mediante comunicação: a técnica, as guerras, a exploração

irracional dos recursos, o crescimento populacional, a produção e a manutenção de uma elevada população de seres humanos, exigem à sociedade que gere explicações e conhecimentos para que o mesmo campo ecológico e a mesma sociedade sobrevivam a seus próprios efeitos.

A partir dessas ameaças e desses problemas, a sociedade faz sua própria descrição e gera informação sobre si mesma e sobre o entorno em forma de comunicação. Contudo, nem as descrições, nem a informação gerada, nem o conhecimento produzido proveem melhores condições de adaptação recíproca entre entorno e sociedade, nem servem para escolher o rumo que a sociedade gostaria de seguir para orientar sua própria evolução.

Para o autor, o que a sociedade produz será parte de sua própria *autopoiesis* e só servirá para sua própria e cega auto reprodução. Mas, como disse Luhmann (1996, 1997, 2005), disso não se pode esperar melhores possibilidades de sobrevivência nem desenvolvimento evolutivo.

O estudo da teoria de Luhmann (1996, 1997, 2005) experimenta uma estranha sensação de desassossego. Sente que a maioria dos pressupostos com os que até esse momento contava para transitar pela vida social de nossa época se desmoronam. Então, pensa que Luhmann (1996, 1997, 2005) é um autor que, intelectualmente falando, incomoda.

De imediato, põe-se a revisar cada um dos estandartes que vieram abaixo, mas, ao mesmo tempo, admite para si que já nada voltará a ser como antes, porque enquanto quer reivindicar algum daqueles ídolos conceituais, a teoria de sistemas em seu conjunto, ou qualquer de seus componentes, começa a sobrevoar e a lançar alguma sombra sobre aquela luz tênue que era projetada pelas ideias que, até esse momento, manejava com certa comodidade (DALLERA, 2012, p.133).

Quisera que sobre cada coisa houvesse uma verdade que se corresponderia com as coisas que passam aí fora, mas aí está Luhmann (1996, 1997, 2005) para impugnar esse desejo com essa estranha teoria de que a verdade é nada mais que uma etiqueta e um meio de comunicação simbolicamente gerado, que se utiliza na ciência com o único efeito de manter em pé, por algum tempo, alguma observação e o funcionamento do mesmo sistema científico.

Quisera também que fosse fácil identificar os bons e os maus e que, depois dessa identificação, sobreviria a justiça correspondente. Mas, outra vez, Luhmann (1996, 1997, 2005) nos convida a circunscrever aos “nossos” bons o reduzido círculo que utilizamos para distinguir os que apreciamos dos que preferimos ver mais longe. Ademais, disse-nos que a função da ética, hoje em dia, consiste em gerar alarma através dos meios de comunicação. Muito pouco, levando em conta as expectativas que a gente, em geral, deposita nos valores morais.

Às vezes quisera, como preferem os sociólogos que apelam ao que mostra a experiência, que a simples observação dos feitos é suficiente para explicar a complexidade da realidade e para compreender “de que se trata o caso”. Mas, outras vezes, quisera ver “o que há por trás” dos fatos e contar com a perspicácia dos “maestros da suspeita” (como Paul Ricoeur chamou Marx, Nietzsche e Freud), que apuram sua visão analítica e interpretativa para ver “o latente” dos fenômenos sociais.

A resposta à pergunta de que se trata o caso deve consistir: trata-se da observação no contexto da observação do observador. A resposta à pergunta do que é o que se esconde detrás deve ser: aquilo que o observador não pode observar.

Mas, se existe algo que verdadeiramente se quer nesses tempos é que o diálogo, essa nova entidade metafísica que, cheia de esperanças de todo o universo de pessoas pensantes e politicamente corretas, fosse a ferramenta de culto para conseguir consensos. O diálogo é o novo pagamento ontológico e se nos apresenta hoje como instrumento integrador da sociedade. Mas aí está Luhmann (1996, 1997, 2005), outra vez, para recordamos que, em uma sociedade mundial como a nossa, buscar que todo o mundo se ponha de acordo é uma empresa impossível, e que tudo o que se pode fazer é tentar conseguir acordos de curto prazo que sejam negociáveis de momento a momento, cada vez que as consequências não buscadas dos acordos obtidos nos exijam revisar todo de novo.

Em poucas palavras, Luhmann (1996, 1997, 2005) incomoda porque interpela as estabilidades do pensamento tradicional. Incomoda porque faz do instável, do incerto, do inseguro, do contingente, o único estável, certo e seguro que pode oferecer à sociedade para falar de si mesma através de suas vozes: os meios massivos de comunicação, a opinião pública e a sociologia (outra vez o paradoxo).

3 CONCLUSÃO

Ao final deste breve trabalho, o que se espera é ter atingido o objetivo de conhecer um pouco mais de uma teoria filosófica que desafia, com rara competência, diversas das concepções acadêmicas usuais.

Seria preferível apresentar uma teoria do mundo ou da realidade mais simples e acessível pelos sentidos e pela inteligência. Ou que, com a lógica, conseguisse saber que “o que é, é” e “o que não é, não é”. Porém, não é esse o cenário que Luhmann (1996, 1997, 2005) apresenta-nos. Sabe que sobre essa tranquilidade lógica recairá o estigma das observações e das observações de observações e isso incomoda porque, nem a ontologia nem a lógica bivalente nos brindam com o sossego metafísico que tanto sonhamos.

No que tange aos excluídos, Niklas Luhmann (1996, 1997, 2005), embora não sugira uma solução, aborda o problema com uma franqueza que chega a ser chocante, pela realidade que expõe feridas que a sociedade prefere esconder.

Se Luhmann (1996, 1997, 2005) incomoda, é mais uma razão para estudá-lo, vez que a Academia não pode temer ideias novas nem mudanças de pensar.

4 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C, WAIZBORT, L. **Sistema e Evolução na Teoria de Luhmann, mais: Luhmann sobre o Sistema Mundial**. In: Lua Nova, n. 74, 1999.

DALLERA, Osvaldo. **La sociedad como sistema de comunicacion: la teoria sociológica de Niklas Luhmann em 30 lecciones**. Buenos Aires: Biblos, 2012.

ARNAUD, André-Jean; LOPES Jr. Dalmir: **Niklas Luhmann: do sistema Social à Sociologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

LUHMANN, Niklas. **Introducción a la teoría de sistemas**. México: Anthropos-Universidade Iberoamericana-Iteso, 1996.

_____. **Observaciones de la modernidad**. Racionalidade y contingência em la sociedad moderna. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. **El derecho de la sociedad**. México: Heder, 2005.

NEVES, Marcelo. Luhmann, Habermas e o estado de direito. **Lua Nova Revista de cultura e Política**, n. 37. 1996.

NEVES, Rômulo Figueira. A teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann. Entrevista com Marcelo Neves. **Revista Plural**. v. 11. São Paulo: USP, 2004.

NAVARRO, Evaristo Pietro. La teoría de sistemas de Niklas Luhmann y el derecho. In: Garcia Amado, Juan Antonio (org.): **El Derecho em la Teoría Social**. Madrid: Dykinson/IISJ-Oñati, 2001.

TORRES, Roberto; BACHUR, J. P. (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013